



A Cultura Política Trabalhista na Cidade de Montes Claros/MG (1945-1964)

ELISDAEL OLIVEIRA SANTOS*

A história política brasileira assistiu a partir de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, a adoção de medidas político-administrativas que dividem o posicionamento dos teóricos. Para alguns, o governo era populista e manipulava a massa concedendo a ela benefícios em troca do sufrágio. Já outros discorrem que as medidas governamentais asseguravam os direitos dos cidadãos através do trabalhismo, e em retribuição a sociedade concedia apoio ao governo. Nesse sentido, Estado e sociedade se beneficiavam.

Gomes considera que discutir a categoria populismo será sempre um risco, dado o fato da incompletude e má compreensão, seja por adesão ou rejeição em relação ao conceito. Isso, em grande medida, pode, conforme a autora, tornar o texto alvo de críticas diversas. No entanto, verifica-se intensas discussões acerca do assunto, possibilitando compreendê-lo como “um gato de sete vidas” (GOMES, 2001:122). As inúmeras vidas do populismo podem ser entendidas como a frequência com que o tema é discutido, bem como a diversidade de interpretações que podem surgir a partir dele.

Ainda, segundo a mesma autora, agora em *A invenção do Trabalhismo*, o “Populismo é uma das construções míticas mais importantes de nosso imaginário político e social” (GOMES, 2005: 34). Nisso aferimos o fato dos sucessivos estudos sobre o assunto em questão, evidenciando o quanto tais conceitos estão presentes no imaginário popular.

No que se refere ao debate sobre a ocorrência ou não do populismo no Brasil, têm-se como pioneira a discussão de Weffort, o qual considera que o nascimento desse fenômeno situa-se em 1930, encerrando em 1964 com o golpe civil-militar. O autor conceitua o populismo brasileiro como um “fenômeno de massas, ou que pelo menos adquiriu aparência de massa, dadas as circunstâncias históricas do país” (WEFFORT, 1978: 27)

* Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestranda em História pelo PPGH – UNIMONTES. Bolsista FAPEMIG.

Acerca da análise de Weffort, Gomes (2001), em seu artigo *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*, assinala que o autor propõe o conceito de Estado de Compromisso. Gomes percebe nessa proposta a mesma ideia de massas, já aludida, e reconhece que o Estado de Compromisso remeteria a duas frentes e estabeleceria concomitantemente seus limites e potencialidades. Nesse sentido, um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, o carisma, que passa a se confundir com o Estado como instituição, bem como um compromisso com as classes populares, que passam a integrar de forma subordinada, o cenário político nacional. Para Weber o carisma é um dos recursos através do qual o Estado reclama para si o exercício da coação física legítima, a dominação (1998: 525). Já Bourdieu entende que o Estado domina simbolicamente o sujeito, o que é diferente de manipulação.

Como já aludido, o termo populismo passou por variações ao longo do tempo. E, por isso, de acordo com o contexto da escrita ou até mesmo com o período o qual se pretende analisar, apresentou diversas interpretações. Portanto, inicialmente, a categoria populismo fora utilizada no sentido de se “construir uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente após certo tempo veio a ser entendida como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001: 09). Assim pondera Ferreira,

Mas, afinal, quem são os populistas? Difícil saber, pois depende do lugar político em que o personagem que acusa se encontra. Para os conservadores, populismo é o passado político brasileiro, são políticas públicas que garantam os direitos sociais dos trabalhadores, são modelos de economia e de sociedade que, na Europa Ocidental, ficaram conhecidos como Estado de Bem Estar Social; outros, talvez, diriam que populista é aquele que, diante dos pobres, diz que ser rico é chato¹. O populista, portanto, é o adversário, o concorrente, o desafeto. O Populista é o Outro (FERREIRA, 2001: 124).

Nesse sentido é possível verificar que o conceito de populismo depende do ponto de vista de quem o concebe, visto que, muitas vezes, fora relacionado a uma imagem negativa quando se referia àqueles que se beneficiavam das políticas públicas.

¹ Palavras proferidas por Fernando Henrique Cardoso em discurso (comício, Agosto de 1998) no Parque Royal, uma favela do Rio de Janeiro.

Contudo, as críticas aos estudos sobre a relação Estado/sociedade, em que se considera tal relação como “populismo”, se referem à interpretação de alguns autores (Weffort, 1980; Ianni, 1975) no tocante a ideia de que o povo é desprovido de consciência política, o que possibilita sua manipulação. Jorge Ferreira, na epígrafe do seu livro, *O populismo e sua História: Debate e Crítica* traz uma citação de Rachel de Queiroz na qual a autora corrobora: “Não há povo amorfo. Não há massa bruta e indiferente. A massa é formada de homens e a natureza de todos os homens é a mesma: dela é a paixão, a gratidão, a cólera, o instinto de luta e o instinto de defesa” (FERREIRA, 2001: 61). Assim, ao aderir aos benefícios promovidos pelo Estado, especialmente a Legislação Trabalhista², os trabalhadores o faziam por reconhecer na mesma algo de positivo, o que exclui a ideia de que eram desprovidos de consciência.

No que se refere à história dos trabalhadores, Ferreira destaca que muitas vezes, ela é reduzida a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes, como se estas fossem criadoras de dispositivos ideológicos [...] para manipular, dominar e desvirtuar os trabalhadores de seus “reais” e “verdadeiros” interesses (2001: 22). Pesquisas que priorizam esse tipo de interpretação reforçam o enfoque que privilegia a lógica material existente na relação estado/sociedade o qual pressupõe que os trabalhadores permutaram os benefícios da legislação trabalhista por submissão política.

De acordo com Gomes (2005), a bibliografia que trata do tema das relações Estado/classe trabalhadora no Brasil consagra um entendimento para o pacto entre esses dois atores sociais, a partir do Estado Novo. Tal entendimento funda-se na ideia central de que o Estado no pós 30 desencadeou uma política social de produção e implementação de leis, que regulavam o mercado de trabalho, e, com esse novo recurso de poder, conseguiu a adesão das massas trabalhadoras.

Esse marco temporal, pós-30, pode ser explicado pelo fato de que anterior a esse período não havia uma legislação trabalhista, que atendesse às demandas das classes trabalhadoras. A ideia de adesão remete a gratidão, retribuição a algo recebido. No caso da política, retribuição pode ser entendida como sufrágio. Aqui cabem as considerações de Bourdieu, segundo o qual,

² Para Gomes, ao criar a legislação trabalhista Vargas fazia uma espécie de doação aos cidadãos que ao recebê-la se sentiam na obrigação de retribuir o benefício concedido apoiando o governo.

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, [...] que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 2003: 118).

Quanto ao poder simbólico, o autor reitera que é também um poder de fazer as coisas com palavras, (BOURDIEU, 2003:166) ou até mesmo um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem que começa a existir através do conhecimento e reconhecimento. (BOURDIEU, 2004:167) Assim, dependendo do capital simbólico do falante e poder de persuadir pela palavra, aquilo que ele diz ou consagra é reconhecido pelo ouvinte como algo válido, verídico.

Diante do exposto pode-se, portanto, depreender que ao longo do processo histórico, em vista do contexto político e social, novos contornos foram dados ao termo populismo, imprimindo-lhe uma nova perspectiva que, Gomes denomina de trabalhismo, sendo que nesse caso, trabalhadores e Estado eram privilegiados (GOMES, 2007:116).

De forma inovadora, Gomes (2005) associa o conceito de trabalhismo ao de cultura política. Nessa abordagem, ela assevera que,

A ideologia trabalhista nasceu vinculada ao Getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo, que Vargas então encarnava. Do mesmo modo, nasceu vinculada a um modelo de organização sindical de extração corporativista, o que, naquele contexto político, significava uma forma de representação de interesses profissionais e não de ideias políticas, religiosas. A ideologia trabalhista e o sindicalismo corporativista compunham o que se designava a “democracia autoritária” brasileira (GOMES, 2005: 38).

A categoria cultura política foi definida por Gomes como “sistema de representação, complexo e heterogêneo”, (2005:) mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social. Assim sendo, o conceito de trabalhismo, pensado por Gomes, se insere no campo da cultura política, enquanto tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o que se pode considerar uma cultura política compartilhada no país.

Berstein (1999) ao discutir sobre cultura política faz referência à concepção de Sirinelli que a compreende como uma “espécie de código e de um conjunto de referentes,

formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. Trata-se assim de um patrimônio cultural adquirido por um indivíduo e simultaneamente constitui um “conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama.” (1999: 350)

Em relação à cultura política em Montes Claros/MG no contexto da República Velha, Porto (2002) esclarece que foi marcada por práticas de cunho coronelista, tendo na violência, personalismo e paternalismo, seus elementos centrais. Segundo o mesmo autor, embora no referido período a cidade fosse vista pelas elites locais como progressista, sua política era marcada pelo conservadorismo.

De acordo com Pereira entre os anos de 1945-1964, a sociedade brasileira vivenciou razoável experiência democrática e modernização econômica. Em Montes Claros, aos poucos essas mudanças eram percebidas e o grupo dos trabalhadores emergia com vigor enquanto agente político (2007: 116). Cardoso, ao pesquisar acerca da cultura política popular afirma que ao investigar a atuação política dos trabalhadores Montesclarenses no período de 1930 a 1964 foi possível identificar que eles recorriam a aspectos do trabalhismo dado o apelo popular desta tradição. Em sua análise, o autor apresenta documentos produzidos pelos próprios atores sociais e suas associações a exemplo de abaixo-assinados, memoriais e cartas enviadas pelos cidadãos aos representantes políticos contendo diversas requisições e às vezes, questionamentos (2008: 44).

No período posterior a 1930, Cardoso (2008) considera que especialmente a partir de 1950 assistia-se no Brasil à emergência social e política das classes populares ou trabalhadoras. Em relação a esse processo, o autor compreende que tais classes encontravam identidade e estímulos ao seu potencial associativo no chamado “trabalhismo brasileiro”, uma das mais fortes tradições políticas nacionais tanto nos grandes centros urbanos, quanto no interior. (CARDOSO, 2008:158)

Reforça ainda que na cidade de Montes Claros é possível notar sinais de repercussão das ideias trabalhistas na organização de entidades trabalhadoras e organismos coletivos populares, a saber: as associações de classe e a União Operária e Patriótica de Montes Claros. A União Operária e Patriótica era a responsável por organizar as festividades

relacionadas ao 1^o de Maio³, um dos principais símbolos do trabalhismo varguista. Sobre essa comemoração, em fins da década de 1930, assim destaca o jornal O Operário:

Conforme noticiamos, a União Operária e Patriótica dessa cidade celebrou a 1^o do corrente, o dia dos Martyres do Trabalho. Houve missa, às 7 horas na Capela do Rosário, assistida por grande número de operários e associados. Às 19 horas teve lugar a sessão solene na U. O. P., que decorreu n'um ambiente de grande entusiasmo. [sic.] (Jornal O Operário, 10 de maio de 1937, n^o 258)

Embora o jornal mencione a celebração desse dia festivo e afirme ter ocorrido a participação dos operários, destacando seu entusiasmo, uma vez utilizado como fonte exige que estejamos atentos ao seu discurso, pois, sendo porta voz de interesses de classes ou frações de classes sociais, a imprensa escrita procura formular uma determinada visão de mundo, ao mesmo tempo em que tenta generalizar para o conjunto da nação, interesses específicos da classe que ela representa. (VIEIRA, 1984)

No tocante ao processo de industrialização na cidade, especialmente o setor fabril, Oliveira (2000) considera que houve um atraso em relação às demais regiões de Minas Gerais. O autor atribui o fraco desenvolvimento industrial à falta de energia elétrica e deficiência dos meios de transportes. Embora a cidade apresentasse infra-estrutura deficitária, aos poucos os trabalhadores emergiam enquanto atores sócio-políticos e tentavam fazer valer seus interesses através do sufrágio, ou até mesmo enviando correspondências aos gestores.

Propor discutir acerca da cultura política das classes populares é estar convencido de que “nem sempre teremos à disposição o registro das ideias, das representações sociais e da maneira pela qual as pessoas pobres e os indivíduos comuns organizaram a realidade social em suas mentes”. (FERREIRA, 2001: 31) Essa dificuldade pode ser explicada pelo fato de que os interesses das classes dominantes, muitas vezes distanciam-se dos interesses populares o que contribui para que os fatos sejam ressignificados a partir do olhar daqueles que detêm poder econômico e controle sobre os meios de comunicação.

³ A comemoração do 1^o de maio se insere nas comemorações oficiais criadas no período do Estado Novo (1939-1945), o chamado calendário festivo, e tinha na figura do trabalhador o expoente da cerimônia. (GOMES, 2005, P. 216)

Portanto, a categoria trabalhismo, desde a década de 1980, passou a ser utilizada em textos da academia e grande imprensa, como também no vocabulário político comum, em detrimento do conceito de populismo. Assim, as proposições de Gomes (2005) são relevantes, quando considera-se que “o receber” era um ato virtuoso, visto que implicava a ideia de aceitar o vínculo, e como tal, de não faltar com a retribuição. Não havia, nesse sentido, mera submissão e perda de identidade, mas um “acordo”, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o acordo.

A partir das proposições aqui empreendidas é possível considerar que alguns autores adotaram o conceito de populismo na perspectiva de manipulação, pois, em grande medida, tal perspectiva encontrou embasamento em teorias marxistas de cunho estrutural, bem como no contexto histórico o qual estavam inseridos. Após revisões ocorridas na história política e a adoção de novas categorias explicativas como a ideia de cultura política, aos poucos o conceito de populismo foi dando lugar ao trabalhismo.

Referências

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Estampa: Lisboa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre o pensamento político*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo 1945-1964*. SP: Marco Zero, 1989.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História - Debate e Crítica*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 4ª ed., 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2005.

_____. *História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões*. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. RJ: Mauad, 2005.

IANNI, OCTÁVIO. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. SP: Ática, 1989.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. *Experiência e Poder na Urbe em Expansão: "cultura política popular" em Montes Claros/MG entre 1930-1964*. Dissertação. BH: UFMG, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (et. al). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MAIA, Andréa Casa Nova; CARDOSO, Luciene Carris; SANTOS, Vicente Saul Moreira. Sexta Lição - *Operariado e Sindicalismos*. In: *Lições do tempo: temas em história e historiografia do Brasil Republicano*. 1º ed, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. SP: Centauro, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins (et al.). Marcos Fábio Martins Oliveira, Luciene Rodrigues (Organizadores). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica, v. 1, 1979.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Dependência, Favores e Compromissos: relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. Uberlândia, 2001. (Tese)

_____. *A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2002.

_____. *Elites Montesclarenses: autoritarismo, paternalismo e exclusão*. In: BARBOSA, Carla Cristina. (Org.) *Sertão: cultura e poder*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Aspectos da Política Coronelista em Montes Claros na República Velha*. In: BARBOSA, Carla Cristina. (Org.) *Sertão: cultura e poder*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

_____. *Paternalismo, Poder privado e Violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros/MG: Unimontes, 2007.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. *Memórias em Disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade*. Jundiaí: Pacto Editorial, 2013.

VIEIRA, M. do Pilar de A e outros. *Imprensa como Fonte para a Pesquisa Histórica*. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, nº 3, 1984.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1964.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. UNB, 1999. Seção 08.

WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Links: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/operario/829919>